



# Gênero e violências

**Diálogos interdisciplinares**

Ana Maria Veiga, Teresa Kleba Lisboa  
e Cristina Scheibe Wolff (Org.)



Série Diversidades

**Gênero e violências**  
Diálogos interdisciplinares

*Organização*  
**Ana Maria Veiga**  
**Teresa Kleba Lisboa**  
**Cristina Scheibe Wolff**

Florianópolis  
2016

Ficha Catalográfica elaborada por Juliana Frainer CRB 14/1172

G571

Gênero e violências: diálogos interdisciplinares / Ana Maria Veiga, Teresa Kleba Lisboa e Cristina Scheibe Wolff (Organizadores) – Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016. – (Série Diversidades).

283 p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-60501-24-3

1. Gênero. 2. Violência. 3. Interdisciplinaridade. I. Veiga, Ana Maria. II. Lisboa, Teresa Kleba. III. Wolff, Cristina Scheibe. IV Título.

CDU – 305  
CDD – 362.83

Revisão de textos: Gerusa Boldan

Revisão de normas técnicas - ABNT: Juliana Frainer

Capa e Projeto gráfico: Leonardo Alexandre Reynaldo/UFSC



Creative Commons License

Todo o conteúdo da obra está licenciado sob uma Licença Creative Commons BY 4.0



# Capítulo 4

## **Marcha das Mulheres Negras 2015: mulheres negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver**

Eveline Pena da Silva e Carol Lima de Carvalho

### **Introdução**

Este artigo é, antes de tudo, um relato da experiência das autoras, enquanto mobilizadoras e participantes da Marcha das Mulheres Negras 2015, um movimento de mulheres negras brasileiras, impulsionadas pelo feminismo negro, ou seja, um movimento que colocou “a mulher negra no centro do debate, não somente em termos de produção e análise, mas no sentido de privilegiar o lugar que a mulher negra ocupa na estrutura social.” (RIBEIRO, 2015).

Para tanto, em um primeiro momento, abordamos a questão da violência e a intersecção gênero e raça com o intuito de demonstrar o quanto a mulher negra é atingida pelas mais variadas formas de violência, principalmente quando se acrescenta a variável raça. Em seguida, trazemos à tona a importância do feminismo, e em especial do feminismo negro, como um meio de enfrentamento

dessa violência e como forma de empoderamento das referidas mulheres para que não mais sejam violentadas e silenciadas. Por fim, apresentamos o contexto geral de idealização e organização da Marcha e das atividades do Comitê Impulsor do Estado de Santa Catarina.

## **Violência e a interseccionalidade gênero e raça**

Resumidamente, pode-se dizer que a violência de gênero é aquela que acontece com um indivíduo em função do gênero ao qual pertence. Em outras palavras, a violência que acontece a algum indivíduo por este ser homem ou mulher. Estatisticamente falando, pode-se dizer que a violência de gênero diz respeito basicamente à violência de homens praticada sobre mulheres, uma vez que o contrário raramente acontece e, mais raramente ainda, causa a morte do violentado (STREY, 2004, p. 13).

A violência contra a mulher, infelizmente, não é um fato novo, sendo tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e bastante recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de uma igualdade plena entre os sexos. E mais nova ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, garantida não só através das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores. Neste sentido, em agosto de 2006, era sancionada a Lei Maria da Penha<sup>1</sup> e, mais recen-

---

1 Lei 11.340, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

temente, em março de 2015, a Lei do Feminicídio<sup>2</sup>, além da criação de Delegacias de Proteção à Mulher (WAISELFISZ, 2015<sup>3</sup>).

Números atualizados apresentados no estudo mostram dados alarmantes, principalmente se acrescentarmos a variável raça, evidenciando a sobreposição da violência de gênero e do racismo. Pode-se perceber que, nos últimos dez anos, o número de homicídios de mulheres negras aumentou 54%, passando de 1.864, em 2003, para 2.875 em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576 em 2013<sup>4</sup>.

No entanto, a violência de gênero não diz respeito somente à violência física, aquela que fere o corpo. Podemos citar também a violência psicológica, que fere a autoestima, a violência sexual, na qual há a apropriação da sexualidade da vítima, a simbólica, que reforça papéis e estereótipos, a patrimonial e econômica, na qual há a apropriação de dinheiro e bens, e inúmeras outras.

Mais uma vez, quando se acrescenta a variável raça, surge uma ampla série de violências às quais as mulheres negras são submetidas, além destas já citadas. Por exemplo, com relação ao mercado de trabalho, as mulheres negras compõem a maioria das trabalhadoras do lar/empregadas domésticas (61,7%). Enquanto mulheres brancas lutam para

---

2 Lei 13.104, que classifica como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.). Entende a lei que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino. Devido às limitações dos dados atualmente disponíveis, entenderemos por feminicídio as agressões cometidas contra uma pessoa do sexo feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam a sua morte (MAPA DA VIOLÊNCIA 2015).

3 Os dados são do [Mapa da Violência 2015](#), elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio do escritório no Brasil da ONU Mulheres, da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

4 Disponível em: [www.compromissoeatitude.org.br](http://www.compromissoeatitude.org.br)

que seus salários (média de R\$ 797,00) sejam equiparados aos salários dos homens brancos (média de R\$ 1.278,00), as mulheres negras recebem ainda menos (média de R\$ 436,00). Enquanto as mulheres brancas podem deixar suas casas para trabalhar fora e ter o respaldo de alguém que realiza suas tarefas e cuida de seus filhos neste período, a mulher negra também deixa sua casa e seus filhos, mas sem ter quem realize os trabalhos domésticos. Em função disso, tais mulheres vivem uma dupla jornada de trabalho, em seus empregos e em suas casas.

Quando a questão é a saúde, a violência obstétrica também é um marco na vida das mães negras e pobres. Negligenciadas nas filas do SUS, elas são colocadas em segundo plano para que mulheres brancas, consideradas mais frágeis e sensíveis, sejam priorizadas, independente da ordem de chegada. Ainda se pode somar a isso a questão do aborto e dos direitos reprodutivos. No Brasil, o aborto é legal e gratuito somente se a gravidez for gerada por um estupro, causar risco de morte para a mãe ou no caso de o feto ser anencéfalo. Apesar disso, mulheres negras e pobres encontram resistência do sistema de saúde, sendo coagidas por equipes médicas e por religiosos de suas comunidades a desistir do procedimento, alegando os mais variados motivos. Por não contarem com suporte e não terem recursos financeiros que paguem clínicas particulares, muitas dessas mulheres jamais conseguem realizar o aborto, ou se conseguem, por não ter a devida assistência médica, acabam vindo a óbito.

Já no aspecto da sexualidade, das mulheres brancas, é esperado o comportamento moderado e sensualidade com limitações, porém, as mulheres chamadas de “mulatas” são amplamente exotizadas e tratadas como objetos disponíveis para a exploração. O argumento de quem enxerga as mulheres negras como mais disponíveis para investidas sexuais é de que elas são mais provocantes, que seus corpos suportam atos mais intensos ou até mesmo que não podem negar os assédios, mostrando claramente o quanto o pensamento escravagista perpetua até nossos dias, onde uma mulher negra ainda é vista como propriedade dos “senhores da casa grande”.

Outro fator que pode ser considerado por muitos como futilidade, mas que na realidade não é, concerne ao padrão de beleza e mídia. Cabelos lisos e loiros, narizes finos, bochechas rosadas, olhos azuis e axilas claras são alguns exemplos de como a estética ocidental celebra características brancas como melhores e mais belas, e quanto mais uma mulher se afasta deste padrão estabelecido, mais “feia” e pouco atraente ela é. Por causa dessa padronização, atrizes negras são minoria absoluta e quase nunca são convidadas para estrelarem na televisão, no cinema ou na publicidade. Neste último caso, ainda alegam que a imagem de mulheres negras não é comercial e que por isso “não vende produtos”.

E por fim, mas não menos importante, temos a questão dos relacionamentos. No último Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, dados sobre a mulher negra brasileira chamaram a atenção. O levantamento apontava que, à época, mais da metade delas (52,52%) não vivia em união, independentemente do estado civil. Isso ocorre porque é sabido das dificuldades enfrentadas por essas mulheres (e não só por elas) em relacionamentos inter-raciais, mas também porque mesmo os homens negros preterem as mulheres negras em favorecimento das mulheres brancas. Para as primeiras só restam os relacionamentos não oficiais e a solidão, enquanto para as segundas há os casamentos e a constituição de “famílias de comercial de margarina”.

Tudo isso mostra o quanto a mulher negra é violentada na nossa sociedade, violências estas que passam das mais “graves” às mais sutis, mas que podem ter consequências devastadoras em suas vidas. Um caminho de enfrentamento para toda essa situação, para além das medidas legais quando estas forem cabíveis, tem sido o feminismo.

## **Feminismo, feminismo negro e o empoderamento da mulher negra**

Genericamente, o feminismo é um movimento social, filosófico e político que tem como objetivo a luta pelos direitos iguais para ho-

mens e mulheres, além do empoderamento feminino e da libertação de padrões patriarcais opressores, baseados em normas de gênero, e pode ser dividido em duas, três ou até mesmo quatro “ondas”, dependendo da distinção priorizada pelas autoras.

María Luisa Femenías (2007) acredita que existe um feminismo latino-americano, com suas próprias raízes e seu próprio perfil, uma vez que boa parte do feminismo “ocidental” nos vê como “o outro”, assim como boa parte do pensamento pós-colonial. A autora defende que é possível traçar nosso próprio perfil entre os países hegemônicos e os países pós-coloniais.

Neste mesmo sentido, Sonia Alvarez (2000) afirma que é possível visualizar cinco tendências recentes da política feminista latino-americana: multiplicação de espaços e lugares onde as feministas atuam e onde circulam seus discursos; absorção de elementos dos discursos e agendas feministas pelas instituições culturais dominantes; profissionalização e especialização de setores significativos dos movimentos feministas; articulação ou formação de redes entre os vários espaços e lugares da política feminista; e a transnacionalização dos discursos e práticas dos movimentos.

De um modo geral, é preciso entender como se passou de uma fase do feminismo para outra. E então existem diversas fontes, com diferentes versões e divisões. Sonia Alvarez (2000), por exemplo, diz que se passou de um “feminismo histórico”, de militantes brancas, de classe média e com ensino superior, para o “feminismo de segunda onda”, no qual se inserem as minorias (negras, lésbicas, índias, portadoras de necessidades especiais, etc).

Todavia, Nancy Fraser (2007) ressalta que essa não é uma narrativa satisfatória, visto que são desigualdades e conflitos muito internos ao feminismo. Para a autora, a história do feminismo de segunda onda divide-se em três fases: (a) o feminismo ligado a novos movimentos sociais, (b) o feminismo na trajetória da política das identidades e (c) o feminismo como política transnacional.

Já conforme Cláudia Pons Cardoso, a história do feminismo no Brasil, desde suas primeiras manifestações,

ainda no fim do século XIX [...] foi caracterizado por reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances e peças de teatro. A segunda fase do movimento, a partir da década de 1970, não foi diferente, tanto aqui como nos países europeus e nos Estados Unidos. (CARDOSO, 2008, p. 3).

E para Mara Gomes (2013), do Blogueiras Negras<sup>5</sup>, o feminismo, como um movimento social, tem início entre o final do século XVIII e o início do XIX, quando as mulheres buscavam a igualdade dos direitos civis, sobretudo o direito ao voto, movimento que ficou denominado como primeira onda feminista. Neste momento, as lutas eram centradas nos Estados Unidos e na Inglaterra, e a mulher negra não estava incluída assiduamente nesta discussão, o que não significa que não houvesse feministas negras nesta época<sup>6</sup>.

Ainda segundo a autora, entrando na segunda onda, entre 1960 e 1980, a mulher negra ganhou um papel mais forte na história do feminismo, com a fundação, nos Estados Unidos, da National Black Feminist Organization, em 1973, e também com o surgimento de uma nova literatura, escrita pelas feministas negras. Esta foi caracterizada como uma fase de transição entre o que o feminismo já tinha conquistado na primeira onda e a libertação sexual feminina.

Nas palavras de Cláudia Pons Cardoso (2008), nesse contexto é que inúmeras feministas negras procuraram negociar mais efetivamente um espaço dentro da esfera feminista para a consideração

---

5 O Blogueiras Negras é uma comunidade de mulheres comprometidas com questões afins à negritude e ao feminismo. É uma organização onde toda mulher negra e afro-descendente que se identifique com a proposta da comunidade pode participar e escrever. Ver mais em [blogueirasnegras.org](http://blogueirasnegras.org).

6 Sojourner Truth e Harriet Tubman, além de outras, são representantes das feministas negras deste período. A luta dessas mulheres negras era por uma liberdade diferente, buscavam se ver livres das amarras e dos resquícios da escravidão (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2013).

de subjetividades relacionadas à raça, uma vez que o movimento feminista não é um movimento popular e sua chegada até as camadas populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural de seu desenvolvimento.

Com relação à terceira onda, Mara Gomes (2013) afirma que ela coexiste com a segunda onda, tendo início quando se começou a discutir o que hoje se chama Teoria da Diferença, que argumenta que, embora a diferença de sexo fosse um dos pontos centrais na causa feminista, outras diferenças também eram essenciais e devem ser reconhecidas e tratadas. Audre Lorde foi uma das primeiras a escrever sobre essa ideia, que discutia a diferença entre as mulheres além do sexo.

O fato é que a mulher não é um núcleo fechado. A categoria mulher é cheia de subdivisões e tais subdivisões são de classe, raça, sexualidade e inúmeras outras. Em suas origens, o feminismo ocidental esteve centrado na separação binária entre homens e mulheres, logo, não havia espaço para a diversidade. Acontece que, na prática, a discussão não se esgota nessa polarização. O gênero é algo muito mais complexo e a mulher não é uma categoria única, assim, cada mulher ou cada grupo de mulheres tem questões mais ou menos específicas a serem contempladas pelas demandas feministas, como é o caso das mulheres negras.

## **E por que um feminismo negro?**

As mulheres negras não aceitaram passivamente a situação de opressão ao longo da história. Desde o período da escravidão até os dias atuais, lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, qualidade de vida para si, seus familiares e sua comunidade. Pelo menos desde a chegada das/dos primeiras/os africanas/os ao território brasileiro, promovida pela imigração forçada no contexto de escravidão colonial, homens e mulheres negras têm adotado prá-

ticas individuais e coletivas de resistência, dedicadas à conquista de condições de sobrevivência e de voz em contextos sociais moldados pelo racismo, pelo sexismo e pela exploração econômica.

Com relação às práticas coletivas, o pensamento feminista negro consiste em teorias ou pensamentos especializados, produzidos por intelectuais afro-americanas, desenhados para expressar o ponto de vista das mulheres negras. As dimensões de tal ponto de vista incluem a presença dos temas centrais característicos, a diversidade das experiências das mulheres negras em encontrar estes temas centrais, a variedade da consciência feminista afrocêntrica das mulheres negras em relação aos referidos temas e suas experiências com eles, e a interdependência das experiências, consciências e ações das mulheres negras (COLLINS, 1991).

Como já mencionado anteriormente, a mulher negra sofre uma dupla opressão: uma por ser mulher, outra por ser negra. Com essa afirmação não pretendemos dizer que a opressão da mulher negra é mais importante que a opressão da mulher branca. O objetivo é mostrar que a mulher negra carrega outras questões que não atingem diretamente a mulher branca, as quais vão muito além do gênero e que, por isso, devem ser discutidas com um viés diferente. E esse viés é o feminismo negro.

Nas palavras de Ana Claudia Jaquette Pereira (2013), escritos e entrevistas de militantes negras sugerem que a visão interseccional que caracteriza o feminismo negro brasileiro recorreu a um repertório de teorias firmadas nas décadas de 1970 e 1980, com a participação das militantes em setores da esquerda, movimento negro e movimento feminista. Problematizando interpretações sociológicas e agendas políticas com base na experiência social das mulheres negras e atentas à atuação das ativistas dos direitos civis norte-americanas, as mulheres negras herdaram e rearticularam versões nacionais do marxismo, do pan-africanismo e do feminismo, repercutindo em seu pensamento as preocupações

com estruturas e sistemas sociais nutridas pelos movimentos sociais à época.

Ao mesmo tempo, não há privilégio de uma unidade de observação específica. Trajetórias individuais, relações afetivas, movimentos sociais e cultura, por exemplo, são objetos de análise do feminismo negro, tendo sempre, porém, a estrutura social como pano de fundo.

As feministas negras desafiam a autoridade da academia e de agências governamentais como centros irradiadores do conhecimento científico. Questionam a ideologia racista que faz o Estado negligenciar a coleta de dados acerca da condição de vida de negras/os e interpelam representações pejorativas e silêncios sobre as mulheres negras que impregnam o pensamento social brasileiro e o estudo das relações raciais. Adotando-se recursos indutivos, mobilizam experiências históricas das mulheres negras, utilizam-se de outros espaços de teorização externos a estas instituições, resgatam trajetórias esquecidas e incorporam saberes descreditados sob o rótulo de senso-comum a narrativas sociológicas.

Nesse contexto de empoderamento da mulher negra e de luta contra o racismo e a violência, foi idealizada e realizada a Marcha das Mulheres Negras 2015.

### **Marcha das Mulheres Negras 2015: contexto geral e ações no Estado de Santa Catarina**

A ideia de realizar a Marcha surgiu durante o Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI, realizado em 2011, na cidade de Salvador/BA. A partir de então, mulheres negras e do movimento social de mulheres negras atenderam ao chamado e deram início às mobilizações para a Marcha. De 2011 até a sua realização, em 18 de novembro de 2015, foram realizadas diversas ações, entre debates, oficinas, passeatas, eventos formativos, articulações em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Mas afinal, por que marcham as mulheres negras? Os motivos são inúmeros. De acordo com o IBGE (2012), as mulheres negras representam 25% do total da população brasileira, o que corresponde a cerca de 49 milhões de pessoas. Apesar dos avanços das últimas décadas, como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as mulheres negras ainda amargam os piores índices no que se refere ao acesso às políticas públicas de uma forma em geral, além de sofrerem os mais variados tipos de violência, como exposto anteriormente. Para evidenciar tais dados, e responder à questão, as demandas destacadas no Manifesto da Marcha<sup>7</sup> são:

Estamos em Marcha:

Pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;

Pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com penalização dos culpados;

Pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;

Pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;

Pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenção;

Pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;

---

7 Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contra-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>>

Pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;

Pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;

Pela nossa participação efetiva na vida pública.<sup>8</sup>

A mobilização foi conduzida por movimentos sociais, entre eles, Articulação Nacional de Mulheres Negras (AMNB), Fórum Nacional de Mulheres Negras, União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Fórum Nacional de Mulheres Negras e Movimento Negro Unificado (MNU). Essa ampla diversidade de movimentos que se mobilizaram para a realização da Marcha vem ao encontro do que está exposto na Carta das Mulheres Negras 2015<sup>9</sup>, com relação a quem são essas mulheres negras, protagonistas da Marcha:

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade, somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

---

8 Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015.

9 Disponível em <<http://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, valorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.<sup>10</sup>

Foi organizada nos 27 estados do Brasil através de Comitês Impulsores Estaduais e Municipais, que deveriam realizar mobilizações que pudessem apresentar a Marcha aos estados, fazendo com que realizassem articulações com os poderes públicos para que houvesse a disponibilidade de mobilidade até Brasília para o máximo de mulheres negras brasileiras.

Na medida em que o Comitê Impulsor Nacional passou a fazer o convite aos estados, Santa Catarina apoiou a ideia. Foi criado um Comitê Impulsor do Estado de Santa Catarina, intitulado Catarina Marcha, composto pelas cidades de Florianópolis, Joinville, Criciúma, Siderópolis, Tubarão, Chapecó, Lages e Itajaí. Os eventos de tal comitê, mais especificamente os denominados Afro-divas<sup>11</sup> (primeira e segunda edição), foram organizados com o intuito de dar visibilidade à Marcha das Mulheres Negras 2015, iniciados em agosto de 2014, buscando empoderar as mulheres negras catarinenses. Em 2015, as mobilizações ganharam força e o Catarina Marcha passou a se constituir efetivamente, agregando mais mulheres e cidades de várias regiões do estado.

---

10 Carta das Mulheres Negras. Disponível em <http://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>> Acesso em: 05 abr. 2016.

11 Eventos organizados na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, com o intuito de mobilizar o maior número de mulheres negras do Estado, ofertando oficinas de tranças, turbantes e maquiagem, assim como mesas com debates relacionados às particularidades das mulheres negras.

**Figura 1: Afro Divas primeira edição**



Fonte: arquivo pessoal.

**Figura 2: Afro Divas segunda edição**



Fonte: arquivo pessoal.

Os Comitês Impulsores possuíam como base uma organização nacional, o Comitê Impulsor Nacional, situado em Brasília. Tal organi-

zação era responsável pela estrutura no dia da realização da Marcha, na capital federal, no dia 18 de novembro de 2015. As delegações de todos os estados começaram a chegar no dia 17 de novembro, tendo como ponto de encontro o Estádio Nelson Nilson. No local, foi montada toda uma estrutura para receber os comitês. Havia local para o alojamento das delegações, banheiros, chuveiros, e uma pequena feira, com produtos comercializados por empreendedores/as negros/as e alimentação. No dia seguinte, a concentração começou em torno de 8hs, na frente do estádio, e a caminhada iniciou por volta de 10hs, em direção à Esplanada dos Ministérios. Segundo a organização, estavam presentes 50 mil mulheres, oriundas de todo o país.

Neste dia, mulheres negras, protagonistas deste momento histórico, carregaram em suas cantorias todas estas singularidades, violências cotidianas e a busca incessante para que os direitos das mulheres negras sejam contemplados. Marcharam pelo fim do racismo, da violência e pelo bem viver.

**Figura 3: Integrantes do Comitê Impulsor do Estado de Santa Catarina na Marcha das Mulheres Negras 2015, em Brasília, DF**



Fonte: arquivo pessoal.

**Figura 4: Integrantes do Comitê Impulsor do Estado de Santa Catarina na Marcha das Mulheres Negras 2015, em Brasília, DF**



Fonte: arquivo pessoal.

**Figura 5: Integrantes do Comitê Impulsor do Estado de Santa Catarina na Marcha das Mulheres Negras 2015, em Brasília, DF**



Fonte: arquivo pessoal.

Assim como qualquer movimento, a marcha passou por alguns percalços em seu trajeto. A advogada Natália de Sena Alves, que compõe a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RE-NAP), descreve o momento:

Hoje participei da Marcha das Mulheres Negras em Brasília, organizada por milhares de mulheres lutadoras contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Foi um lindo e emocionante ato, que reuniu mais de 20 mil mulheres de todos os cantos do país.

Ao final do ato, chegamos na frente do Congresso Nacional e nos deparamos com o tal acampamento pró-impeachment, onde vimos algo que ia além do exercício do direito de manifestação. Verdadeiros atos de incitação ao crime estão sendo praticados ali: uma forca com um boneco de Lula vestido de presidiário sendo enforcado; dois caixões com bonecos de Lula e Dilma, simulando um funeral; e um enorme boneco inflável de um militar, utilizado para simbolizar o pleito por intervenção militar.

Fiquei bastante impactada e impressionada de ver a tranquilidade com que estes tais “militantes” clamam por intervenção militar e pela morte de duas importantes figuras públicas da esquerda sem qualquer constrangimento, sentindo-se legitimados. Algumas discussões aconteceram, questionamentos sobre legitimidade de protestos deste nível, nos quais explicitamente se deseja a morte do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Em poucos minutos, instalou-se uma confusão e, quando olhei para o lado, me deparei com um homem de revólver em punho, atirando para baixo e para cima, bem na minha frente, dava para sentir o impacto do tiro no chão.

Nessa hora, mulheres negras, senhoras, jovens, estudantes, começaram a correr, muitas chorando. Corri e chorei junto. Foi a violência da direita armada bem ali do nosso lado, ao alcance dos nossos olhos, corpos e lágrimas. A polícia do DF estava ao lado e nada fez na hora.

Não pude deixar de pensar que a realidade diária de grande parte do povo negro é correr de tiro sem que a polícia nada faça,

quando não é esta que está de arma em punho. A propósito, o tal atirador se apresentou como policial.

Felizmente, nenhuma mulher foi ferida de tiro. Apenas feriram ainda mais as suas (nossas) almas e corações, mas estes são fortes, e estamos preparadas e organizadas para gritar bem alto que a nossa luta NÃO é para tirar nenhuma mulher da Presidência.

Fascistas, racistas, machistas, vocês não passarão!!!<sup>12</sup>

Apesar desse fato lamentável, o resultado final da Marcha foi extremamente positivo. Milhares de mulheres negras unidas, dos mais variados lugares do Brasil, protagonizaram um momento ímpar na luta contra o racismo, a violência e pelo bem viver.

## **Considerações finais**

A Marcha das Mulheres Negras 2015 pode ser considerada um dos momentos mais importantes da História do Brasil, na medida em que 50 mil mulheres, com suas pluralidades, marcharam por seus direitos, em especial pelo fim do racismo, da violência e pelo bem viver, afinal:

[...] marchamos porque sabemos que as transformações não virão como presentes. Marchamos porque sabemos da invisibilidade em torno de nossas imagens, representação e representatividade. Marchamos porque não dá mais para esperar pelo filho, marido, sobrinho ou pai que não voltarão após um dia de trabalho. Marchamos porque reverenciamos a força de nossas ancestrais. Marchamos na tentativa de interromper o extermínio da juventude negra. Marchamos porque nosso corpo é violentado cotidianamente, nossa alma dilacerada e, por mais que trabalhemos, nos instrumentalizemos, ainda assim, teremos reconhecimento e

---

12 Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/natalia-de-sena-alves-quando-olhei-para-o-lado-me-deparei-com-um-homem-de-revolver-em-punho-atirando-bem-na-minha-frente-dava-para-sentir-o-impacto-do-tiro-no-chao.html>> Acesso em: 05 abr. 2016.

remuneração menores. Marchamos porque a tentativa de genocídio da população negra não parou em 1888. Marchamos porque as feridas custam a fechar. Marchamos porque temos muitas coisas para contar, netos para embalar, filhos para criar, bocas para beijar, profissões para descobrir e corpos para amar. Marchamos pelo direito ao nosso corpo e a escolha de nossa identidade de gênero, assim como, para quem devemos direcionar o nosso desejo. Marchamos porque ter liberdade de culto não é um favor, é um direito. Marchamos porque terreiros de Umbanda e Candomblé têm sido incendiados, crianças têm sido agredidas e identidade racial, destruída. Marchamos. Marchamos. Marchamos porque não dá mais para levar a pirâmide nas costas, está pesada, está injusta, está desumana.<sup>13</sup>

Assim como para muitas mulheres, para nós, mulheres negras, e integrantes do Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras em Santa Catarina, foi gratificante o retorno de todo trabalho realizado, possibilitando novas perspectivas para pensar o papel da mulher negra brasileira, dando voz àquelas que sempre foram invisibilizadas.

Mais gratificante ainda é ver os frutos de todo esse processo amadurecendo cada dia mais, posto que a Marcha não se resumiu ao dia 18 de novembro em Brasília. Ela teve um “antes”, com todo o trabalho de mobilização, mas também está tendo um “depois”, no qual o Catarina Marcha se transformou em um coletivo de mulheres negras, o Pretas em Desterro, preocupadas em lutar cada vez mais por nossos direitos e empoderar umas às outras porque, como bem traduzido nos slogans da Marcha, “nossos passos vêm de longe” e “uma sobe e puxa a outra”.

---

13 Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/marchamos-porque-sabemos-que-as-transformacoes-nao-virao-como-presentes>>. Acesso em: 05 de abr. 2016.

# Referências

ALVAREZ, Sonia. A globalização dos feminismos latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e políticas nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-57.

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis, *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia\\_Pons\\_Cardoso\\_69.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf)>. Acesso em: 03 de abr. 2016.

CARTA DAS MULHERES NEGRAS 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics de empowerment*. New York; London: Routledge, 1991. 335 p.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 11- 25, jan./abr. 2007.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

GOMES, Mara. *Por que um feminismo negro?* Blogueiras Negras, 2013. Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2013/06/13/feminismo-negro/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

WASELFSZ, Julio Jacobo. *MAPA DA VIOLÊNCIA 2015*. Disponível em:<<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/11/>

[MapaViolencia\\_2015\\_homicidiodemulheres.pdf](#)>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. Feminismo negro no Brasil: a luta política como espaço de formulação de um pensamento social e político subalterno. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos, 2013. Florianópolis, *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Editora Mulheres, 2013. Disponível em:<[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384786554\\_ARQUIVO\\_AnaClaudiaJaquettoPereira.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384786554_ARQUIVO_AnaClaudiaJaquettoPereira.pdf)>. Acesso em: 18 de mar. 2016.

RIBEIRO, Djamila. *A perspectiva do feminismo negro sobre violências históricas e simbólicas*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/04/a-perspectiva-do-feminismo-negro-sobre-violencias-historicas-e-simbolicas/>>. Acesso em: 05 de abr. 2016.

STREY, Marlene Neves. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana Porto de; JAEGER, Fernanda Pires (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.13-43.